

[REDACTED]

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Ref.: Edital de Pregão Presencial nº 90245/2024/SUPEL/RO  
Processo Administrativo nº 0069.001909/2024-76/SEOSP/RO  
A/c: Ilustríssima Senhora Pregoeira Eralda Etra Maria Lessa

### IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

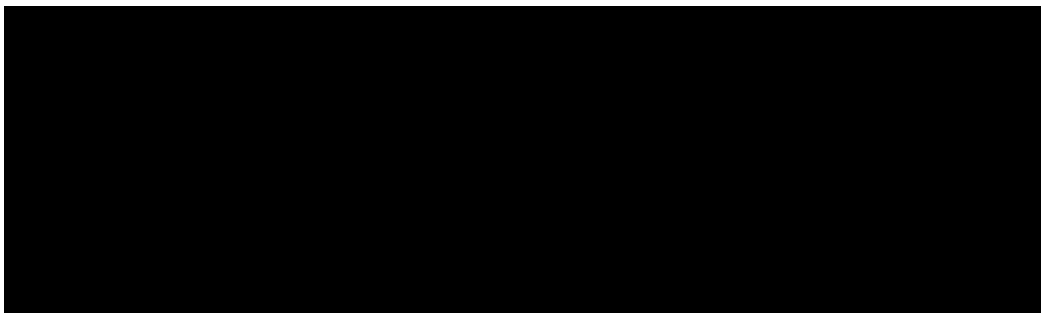
[REDACTED], portadora da Carteira de  
[REDACTED] inscrita no CPF sob o nº [REDACTED]  
na forma do Edital de Pregão  
Eletrônico nº 90245/2024, cujo objeto Registro de Preço de empresa(s)  
especializada(s) na prestação em estudos prévios, perfuração e  
instalação de poços tubulares profundo com o fornecimento de  
materiais, equipamentos, sistema hidráulico complementar, mão de obra  
e licenciamento necessários para o pleno funcionamento dos poços  
conforme Termo de Referência, com o fito de atender a demanda de água  
para abastecimento público nos municípios de Rondônia, pelos motivos  
expostos abaixo. nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021,  
Decreto 28.874/2024, Lei complementar nº 123/06 e demais legislação  
aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste  
Edital, apresentar **sua IMPUGNAÇÃO**, em tempo hábil, à presença de  
Vossa Senhoria a fim de **IMPUGNAR** os termos do Edital em referência,  
pelo que expõe para ao final requerer o seguinte:

#### **I- TEMPESTIVIDADE:**

A presente Impugnação é tempestiva, uma vez que o prazo para  
protocolar o pedido de impugnação é de 03 (três) dias úteis contados  
antes da data fixada para abertura do certame eletrônico 19/09/2024.  
Registro esta peça com intuito de contribuir para uma contratação  
isonômica e legal.

#### **II- FATOS:**

A priori, foi observado que o edital de pregão eletrônico nº  
90245/2024 exige uma comprovação Capital Social correspondente a 5%  
(cinco por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do  
art. 69, § 4º da Lei 14.133/21, para cada LOTE.



### **III - Vejamos o item 12.3 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:**

Item 12.3.4 - letra a) Capital Social correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21, para cada LOTE.

O art. 69 da Lei 14.133/21, que é a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece que, para cada lote do certame, o capital social da empresa deve ser compatível com o valor estimado do lote. A ideia é permitir que empresas com diferentes capacidades financeiras possam participar, aumentando a competitividade do processo.

**a) Análise do Objeto da Licitação:** Os lotes devem ser divididos de forma a garantir que cada um tenha um valor estimado que permita a participação de empresas de diferentes portes e capacidades financeiras, assim abrindo mais lotes para as licitantes terem o direito do princípio da competitividade.

**b) Definição dos Lotes:** A divisão deve considerar a viabilidade técnica e econômica dos lotes, para que cada um tenha um valor que justifique a sua separação e que permita a participação de empresas com diferentes capacidades financeiras.

**c) Princípio da Competitividade:** O objetivo da licitação é permitir que um maior número de empresas possa participar do certame, assim abrindo a dividindo mais lotes para o certame licitatório e as empresas podendo comprar capital Social correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação.

O princípio da competitividade busca garantir que um maior número de empresas possa participar da licitação, promovendo uma disputa justa e equilibrada. Ao dividir o certame em lotes, você facilita a participação de empresas com diferentes capacidades financeiras, permitindo que concorram em lotes menores e mais compatíveis com seu porte e capacidade de investimento. Isso resulta em ofertas mais vantajosas e na escolha da proposta mais eficiente para a administração pública.



#### IV DA EXIGÊNCIA CAPITAL 5% CINCO POR CENTO

a) Capital Social correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21, para cada LOTE.

**Patrimônio Líquido ou Capital Social de no mínimo 5% conforme descritos nos lotes abaixo:**

**LOTE 01 - R\$ 611.907,42 (seiscentos e onze mil, novecentos e sete reais e quarenta e dois centavos).**

**LOTE 02 - R\$ 671.669,08 (seiscentos e setenta e um reais, seiscentos e sessenta e nove reais e oito centavos).**

**LOTE 03 - R\$ 510.572,43 (quinhentos e dez mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos).**

**LOTE 04 – R\$ 3.275.439,97 (três milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos).**

**LOTE 05 – R\$ 3.595.334,32 (três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos).**


**LOTE 06 – R\$ 2.733.010,42 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, dez reais e quarenta e dois centavos).**

"4.1 - Dividir o certame em mais lotes pode reduzir o valor estimado de cada lote, tornando mais viável para empresas menores comprovar o capital social necessário. Dessa forma, a competição se torna mais acessível e alinhada com o princípio da competitividade.

"4.2 - Certame mais competitivo de acordo com a Lei 14.133/2021, que é a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, algumas diretrizes e práticas recomendadas. Essas estratégias visam garantir que o processo seja acessível a um maior número de empresas e, portanto, mais competitivo e eficiente.

"4.3 - Art. 69, § 4º: De acordo com este artigo, para cada lote, a empresa deve comprovar um capital social que corresponda a 5% do valor estimado. Se o valor para cada lote for muito alto, a divisão em mais lotes ajuda a tornar a licitação mais acessível.

" 4.4 - Art. 23: O artigo trata do planejamento e da organização da licitação, recomendando a divisão em lotes para atender à capacidade das empresas.



"4.5 - Além disso, o item 12.4.1 do Anexo I (TR) do edital em epigrafe exige a Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR);, bem como a comprovação de que o atual quadro técnico possui profissional de nível superior que será o responsável técnico dos serviços. Da mesma forma, no item 12.4.2, letra a) e o vínculo empregatício através:

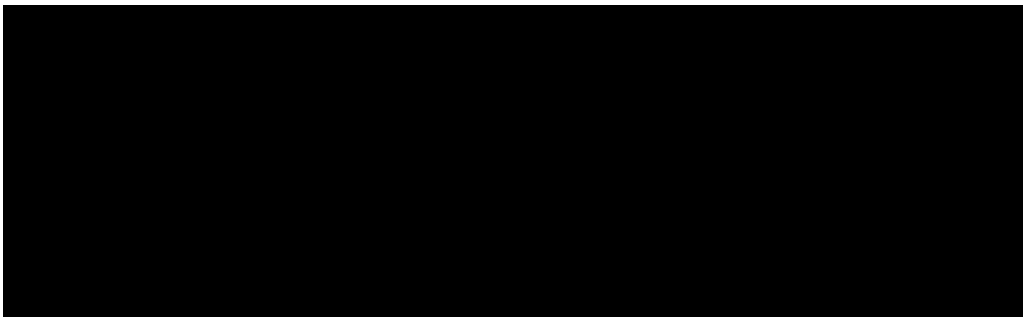
12.4.3 - A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

"4.6 - A Licitante vencedora deverá comprovar que possui registro e regularidade junto ao CONSELHO de sua jurisdição no ramo de Geólogo, e o seu atual quadro técnico com profissional de nível superior dentre aqueles arrolados na Certidão que será o responsável técnico pelos serviços do presente Pregão. Esta comprovação se dará através da apresentação do respectivo documento de registro devidamente autenticado, bem como o vínculo empregatício letra a,b,c,d,e item 12.4.3.

"4.7 - 12.4.3 A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:" (**GRIFO NOSSO**)

Contudo, tais exigências não estão respaldadas pela legislação vigente para a contratação de empresa especializada em perfuração de poços artesianos. A exigência dos registros e comprovação do vínculo empregatício através da carteira de trabalho ou contrato são excessivas e irrelevantes para a contratação dos serviços ora



licitados e prejudicam a participação de outras empresas, configurando assim uma exigência abusiva, comprovando a restrição à competitividade.

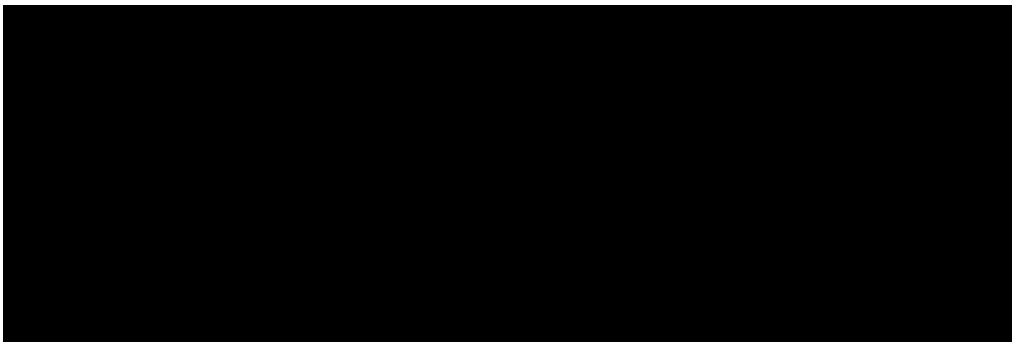
Ademais, destaca-se que a Lei Geral de Licitações nº14.133/2021, que trata das normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que os editais devem conter apenas exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, vedando assim a exigência de documentos ou informações excessivas ou irrelevantes para a contratação, conforme dito anteriormente. Inclusive, cabe ressaltar que a LGL nº 14.133/2021 visa a contratação mais vantajosa através de seus princípios constitucionais, vejamos:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)*

*II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais (**GRIFO NOSSO**)*



O princípio da ISONOMIA nas contratações públicas está garantido na CONSTITUIÇÃO FEDERAL, no seu art. 37, XXI, conforme segue:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (**GRIFO NOSSO**)*

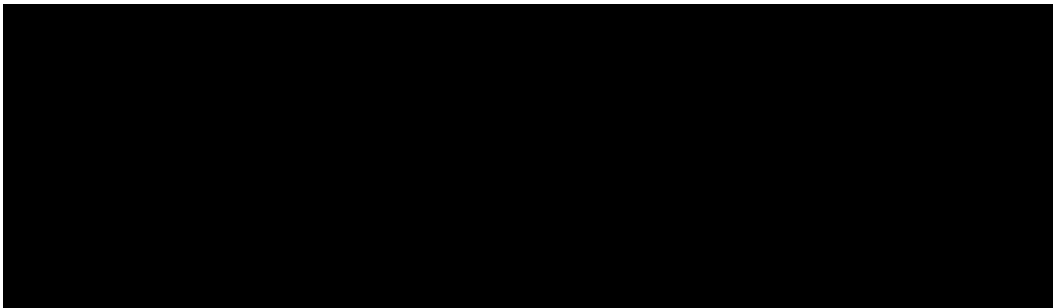
De acordo com Marçal Justen Filho:

Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. TAMBÉM NESSA ETAPA SE EXIGE O TRATAMENTO ISONÔMICO. TRATA-SE, ENTÃO, DA ISONOMIA NA EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO. TODOS OS INTERESSADOS E PARTICIPANTES MERECEM TRATAMENTO EQUIVALENTE. (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

SE TODOS OS INTERESSADOS MERECEM TRATAMENTO EQUIVALENTE, COM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, CLARIDAMENTE QUE HOUVE DESCUMPRIMENTO DE NORMA CONSTITUCIONAL, UMA VEZ QUE FOI CERCEADO O DIREITO DA RECORRENTE EM PARTICIPAR DA FASE DE LANCES, POR MOTIVO QUE NÃO COMPARTILHOU DA CULPA.

Nesta esteira de raciocínio, vale mencionar a opinião de Jessé Torres Pereira Junior:

"Selecionar a proposta mais vantajosa é, a um só tempo, o fim de interesse público que se quer alcançar em toda licitação (sentido amplo) e o resultado que se busca em cada licitação (sentido



estrito). LICITAÇÃO QUE NÃO INSTIGUE A COMPETIÇÃO, PARA DELA SURTIR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, DESCUMPRE SUA FINALIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL..." (In Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 6ª ed., p. 53).

Nesse mesmo sentido, toda atividade administrativa deva buscar a realização desse interesse, que não pode visar a benefício ou a perseguição de pessoas, ou seja, "a impessoalidade consiste na vedação a preferências ou aversões da autoridade julgadora relativamente à identidade ou aos atributos pessoais dos participantes no certame licitatório" (JUSTEN FILHO. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª revista, atualizada e ampliada. 2014. p. 86)

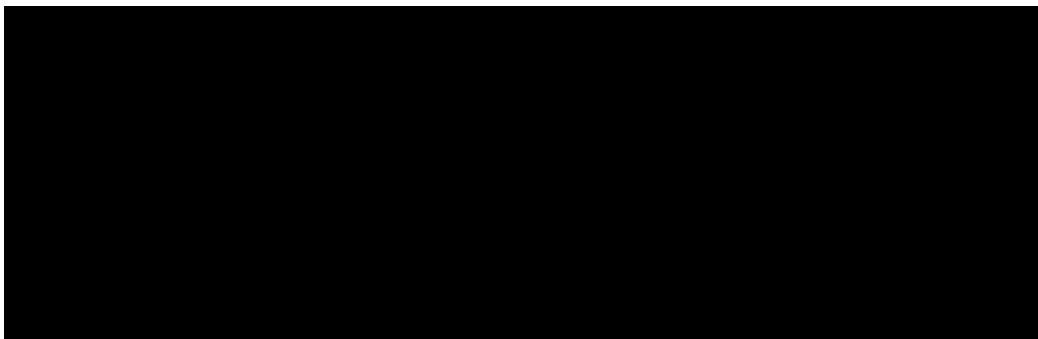
Todos devem ter as mesmas oportunidades, em igualdade de condições, em participar do procedimento licitatório, sempre almejando-se obter a melhor proposta para a Administração (Secretaria de Acompanhamento Econômico Comunidade Virtual do Programa Nacional de Promoção da Concorrência. Pág. 20).

O princípio da isonomia e a licitação são indissociáveis. O princípio consubstancia a própria razão de ser do procedimento licitatório: REALIZA-SE A LICITAÇÃO, ENTRE OUTRAS RAZÕES, PARA GARANTIR QUE TODOS OS INTERESSADOS POSSAM COMPETIR ENTRE SI COM IGUAIS POSSIBILIDADES. Dá-se aos particulares, por meio de licitação, a possibilidade de empregar esforços - mesmo em disputa contra entes de elevados níveis de poder - com o propósito de contratar com o Estado. Os dois são evidentemente indivisíveis, visto que a licitação existe justamente para garantir, entre outras coisas, a isonomia. (<https://www.migalhas.com.br/depeso/356734/o-principio-da-isonomia-nas-licitacoespublicas>).

#### V- PEDIDOS:

Assim, em face das razões aqui expostas, está Impugnante, requer, que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com efeito de **NÃO CONSTAR** no Edital de Pregão Presencial nº 90245/2024, exigência referente aos itens 12.4.3 do Anexo I (TR), divisão em mais lotes o certame licitatório, visando a isonomia, legalidade e a maior competitividade neste certame.

Requer ainda, que seja determinada a republicação do Edital de Pregão eletrônico em epígrafe, inserindo a alteração aqui pleiteada,



Reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o artigo 41, § 1º, prevê que, se houver alteração no edital após o prazo de impugnação, um novo prazo deve ser concedido para que os interessados possam impugnar a nova versão, de acordo com lei 14.133/2021.

Nestes termos,

P. deferimento.

Ji-Paraná/RO,

